



TRAGÉDIA NO SUL

Lula anuncia medidas para evitar demissões

Governo federal vai pagar um salário mínimo por dois meses a funcionários de empresas atingidas pelas enchentes, trabalhadores domésticos, estagiários e pescadores. Em visita ao RS, presidente ampliou número de cidades atendidas pela ajuda de Brasília

» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou ao Rio Grande do Sul, ontem, para anunciar novas medidas de apoio ao estado. O governo federal vai bancar duas parcelas de um salário mínimo cada para mais de 400 mil trabalhadores gaúchos. Com a medida, espera aliviar o caixa das empresas e evitar demissões. A contrapartida é a garantia dos empregos por quatro meses, mas a adesão dos empresários é opcional. Lula também ampliou o número de prefeituras beneficiadas por programas federais, como o auxílio de R\$ 5,1 mil para atingidos e a parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios.

Três medidas provisórias (MPs) foram assinadas em Arroio do Meio, que foi severamente atingida pelas enchentes. O governo vai remunerar diretamente os trabalhadores no valor de R\$ 1.412, por dois meses. O Ministério do Trabalho e Emprego estima que 434.253 pessoas serão beneficiadas, sendo 326.086 trabalhadores com carteira assinada, 40.383 trabalhadores domésticos, 36.584 estagiários e 27.220 pescadores artesanais.

“Nós vamos, pela MP, estabelecer, primeiro, a adesão das empresas. Elas vão poder dizer: ‘Eu estou de acordo’. Nós vamos oferecer duas parcelas de um salário mínimo a todos os trabalhadores formais que foram atingidos na mancha (de inundação)”, declarou o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Segundo ele, todos os municípios que estão na área de inundação, estando ou não em estado de emergência, serão beneficiados.

A proposta atende parcialmente a uma demanda do setor produtivo gaúcho, apresentada ao presidente Lula na quarta-feira pelo governador Eduardo Leite. O pedido inicial era a flexibilização de regras trabalhistas, ao estilo do que foi feito na pandemia de covid-19, com o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda — que permitia o congelamento de contratos de trabalho e a redução de jornadas. Leite acompanhou Lula nos bairros atingidos por enchentes, mas não participou do anúncio das medidas.



Em mais uma visita ao Rio Grande do Sul, o presidente Lula observa a destruição em um bairro de Arroio do Meio, uma das cidades mais atingidas pela catástrofe climática



O que aconteceu no Rio Grande do Sul não é normal. Uma parte tem muito a ver com a questão do clima, e uma parte tem a ver, muitas vezes, com o descaso com a manutenção de coisas que precisavam ser cuidadas com o tempo. Agora, a gente não quer procurar culpados”

Luiz Inácio Lula da Silva,
presidente da República

“Este momento não é o momento de ficar em casa, é o momento de reconstrução. É verdade que nós vamos sofrer muito nesse processo aqui, todos nós. Quero pedir aos empresários que tenham compreensão e façam um real esforço”, disse Luiz Marinho, que integrou a comitiva de Lula ao lado dos ministros Paulo Pimenta (Secretaria Extraordinária de Reconstrução do Rio Grande do Sul), Waldez Góes (Desenvolvimento e Integração Regional), Nísia Trindade (Saúde) e Jader Filho (Cidades).

Após visitar áreas atingidas pelas enchentes, Lula voltou a garantir que o governo não deixará de apoiar o estado e as prefeituras, mas alertou que não dá para reconstruir as casas nos mesmos locais. Ele pediu aos prefeitos que avaliem terrenos mais seguros, próximos, e que comprem as áreas, se for necessário.

Menos burocracia

O presidente cobrou a redução da burocracia em ações contra desastres. Disse que não adianta alocar recursos e anunciar medidas se não houver condições de levar os projetos adiante. “É preciso que a gente faça com que os manuais que foram elaborados para tratar de problemas em tempo normal sejam mudados para a gente tratar de coisas em tempos de anormalidade. A gente não quer infringir nenhuma lei, nenhuma regulamentação, desrespeitar a Câmara, o Senado, não quer desrespeitar ninguém”, ressaltou.

Sem citar o governo do estado e prefeituras gaúchas, Lula apontou erros na prevenção a desastres, citando a falha de diques e bombas na Região Metropolitana de Porto Alegre. “Essa coisa que aconteceu no Rio Grande do Sul não é normal. Uma parte tem muito a ver

com a questão do clima, e uma parte tem a ver, muitas vezes, com o descaso com a manutenção de coisas que precisavam ser cuidadas com o tempo. Agora, a gente não quer procurar culpados.”

O presidente voltou ao Rio Grande do Sul com uma comitiva ministerial e com o governador Eduardo Leite. O tucano estava em Brasília e pegou uma carona no avião presidencial. Pela manhã, o presidente esteve em Cruzeiro do Sul e caminhou pelo bairro Passo de Estrela, onde mais de 600 casas foram completamente destruídas.

Aos moradores do bairro, garantiu ajuda, mas afirmou que leva tempo até terminar as construções. Ele citou que será preciso encontrar novos terrenos, preparar, construir as casas, asfaltar e fazer toda a infraestrutura. “Não dá para largar vocês em um barraco. Tem que fazer a coisa bonitinha, não tem como fazer em uma semana.”

» Pimenta fica

O presidente Lula garantiu que o ministro da Reconstrução do RS, Paulo Pimenta, ficará no estado até que a situação de calamidade esteja resolvida, mas sinalizou que ele pode voltar ao comando da Secretaria de Comunicação Social (Secom). “Pimenta vai ficar aqui até a gente resolver o problema. Quando não tiver mais problema, eu levo o Pimenta embora para Brasília, para ele cuidar da vida dele e me ajudar na comunicação. Mas, enquanto não resolver, ele estará aqui. Ele tem que levantar todo dia cedo, andar em todas as cidades, conversar com todos os prefeitos. E não permitam que as eleições deste ano atrapalhem o compromisso de vocês com esse povo”, declarou.

Aldeias e quilombos foram “severamente atingidos”

» MAYARA SOUTO

Cerca de 80% das terras indígenas do Rio Grande do Sul foram impactadas pela maior tragédia ambiental do estado, de acordo com levantamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural gaúcha (Emater-RS). Cerca de 36 mil indígenas, segundo o Censo 2022, vivem em mais de 140 aldeias no estado.

As quatro etnias distribuídas por 72 cidades do estado — Charrua, Guarani, Kaingang e Xokleng — tiveram perdas materiais e pessoais com as fortes chuvas. O episódio climático também impactou em 60% a produção de alimentos das famílias, segundo a Emater-RS.

Foram registradas perdas nas hortas domésticas e coletivas, na criação de animais, como aves, gado, suínos, e na infraestrutura rural (casas, cercas, chiqueiros, galinheiros, galpões e paióis, entre outros equipamentos). A estimativa é que todas as comunidades indígenas sofreram perda da fonte de renda principal, que é a venda de artesanato.

Quilombolas

O relatório informa ainda que os quilombos foram “severamente atingidos” pela catástrofe climática. Das comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul, 88% foram afetadas diretamente. Vivem no

estado 17,5 mil quilombolas, segundo o IBGE, em 2,6 mil comunidades espalhadas por mais de 150 municípios.

Os danos causados pelas enchentes incluem perdas de cultivo em hortas e lavouras, destruição de infraestrutura agrícola e de criação de animais, além da destruição de pomares e insumos armazenados. Segundo a Emater-RS, a situação gera “insegurança alimentar” nas comunidades.

As informações da estatal gaúcha são preliminares porque ainda há locais em que os extensionistas rurais não conseguiram chegar por causa dos acessos bloqueados. A maior tragédia ambiental do RS deixou 172 mortos e ainda há 41 desaparecidos.

Roberto Liegbott/Cimi



Comunidade Pindo Poty, do povo Guarani Mbya, em Porto Alegre, uma das mais afetadas pelas enchentes